



PREFEITURA DE  
**CABECEIRA  
GRANDE**

ESTADO DE MINAS GERAIS



MENSAGEM N.º 27, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAB. GRANDE-MG  
PROTOCOLADO NO LIVRO PRÓPRIO ÀS  
FOLHAS 178 SOB O N.º 6270  
ÀS 13:33 HORAS.  
CAB. GRANDE-MG, 03 / 12 / 20 15  
Assarús

Comunica veto parcial ao Projeto de Lei Complementar n.º 1/2015, com versão de redação final, e encaminha os respectivos motivos.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE – ESTADO DE MINAS GERAIS:**

1. Comunicamos a Vossa Excelência que, com supedâneo no parágrafo 1º do artigo 54 e inciso IV do artigo 76, ambos da Lei Orgânica do Município e *ex vi* do disposto no parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidimos vetar, parcialmente, por inconstitucionalidade e por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei Complementar n.º 1/2015, em versão de redação final, que "dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cabeceira Grande (MG)".

2. O dispositivo do PLC 1/2015 ora vetado é o parágrafo 3º do artigo 87 (relacionado à Licença para Tratar de Interesses Particulares), oriundo de emenda parlamentar, com a seguinte redação:

"(...)"

§ 3º Considerando sua natureza jurídica, é vedada a contratação temporária de pessoal para a substituição de servidor licenciado para tratar de interesses particulares." (grifou-se)

3. De plano, impende gizar que o dispositivo incluído por emenda parlamentar, ora vetado, é inovador no tocante a matéria estatutária, não estando previsto, por exemplo, na Lei Federal n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Estatuto dos Servidores Públicos Federais). E, na verdade, significa um entrave à concessão do licenciamento não remunerado para tratar de interesses particulares, porquanto, em determinados casos, haverá a necessidade de substituição do servidor licenciado, de acordo com a necessidade do serviço, e essa substituição normalmente é realizada por meio de contratação temporária em decorrência da situação excepcional que não justifica o provimento por meio de concurso público.

A Sua Excelência o Senhor  
VEREADOR EDILSON MARIANO DE OLIVEIRA  
Presidente da Câmara Municipal de Cabeceira Grande  
Cabeceira Grande (MG)

Câmara M. de Cab. Grande-MG  
DESPACHO DE PROPOSIÇÕES  
☒ Recebido. ☒ Numere-se. ☒ Publique-se.  
☒ Distribua-se às Comissões Competentes.  
Cab. Grande - MG, 03 / 12 / 15  
Assarús  
PRESIDENTE

Praça São José s/n.º, Centro, em Cabeceira Grande (MG) – CEP: 38625-000

PABX: (38) 3677 – 8040 / 3677 – 8044 / 3677 – 8077

site: [www.pmcg.mg.gov.br](http://www.pmcg.mg.gov.br) e-mail: [gabin@pmcg.mg.gov.br](mailto:gabin@pmcg.mg.gov.br)





PREFEITURA DE  
**CABECEIRA  
GRANDE**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

MG - CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE  
02  
P. 1

(Fls. 2 da Mensagem n.º 27, de 2/12/2015)

4. Ora, imaginemos a seguinte situação: um servidor ocupante do cargo de Médico requer o licenciamento para tratar de interesses particulares, sem remuneração. A Administração concede a licença e, por certo, necessita prover a substituição com urgência. Para isso, realiza um processo seletivo simplificado para contratação temporária. O substituto é contratado. Mais tarde, o servidor Médico licenciado solicita o seu retorno ao cargo. Nesse caso, simplesmente haverá a rescisão contratual do médico substituto. Entretanto, se vigorar o dispositivo ora vetado, a situação seria absolutamente preocupante e não condizente com o interesse público. É que o médico substituto somente poderia ser recrutado por concurso público e, por isso, não poderia ser exonerado, ficando o Município com um contingente excessivo de Médicos e, sobretudo, isso acarretaria mais gastos com pessoal. É somente um exemplo hipotético, que pode ocorrer em inúmeras situações e cargos, o que contraria o interesse público e causaria prejuízos ao erário ou mesmo inviabilizaria a concessão de licença para tratar de interesses particulares ao servidor que necessitasse ser substituído.

5. Lado outro, reputamos que o dispositivo vergastado é inconstitucional, pois restringe uma situação excepcional a recrutamento somente por meio de concurso público, malferindo o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, bem como a Lei Municipal n.º 459, de 6 de abril de 2015, que documenta o regramento atinente ao regime de contratação, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

6. Ora, a Lei Municipal n.º 459, de 2015, conceitua como de excepcional interesse público a situação transitória que demande urgência na realização ou na manutenção do serviço público ou aquela em que a transitoriedade e a excepcionalidade do evento não justifiquem a criação de quadro efetivo, o que se enquadra perfeitamente nas situações de substituição de servidor licenciado para tratar de interesses particulares.

7. Ademais disso, a substituição do servidor licenciado não enseja despesas ou gastos adicionais com o pagamento do substituto, porquanto a licença é sem remuneração, não se acumulando o pagamento do substituto e do substituído, não havendo, pois, razão lógica no dispositivo hostilizado.

Praça São José s/n.º, Centro, em Cabeceira Grande (MG) – CEP: 38625-000

**PABX: (38) 3677 – 8040 / 3677 – 8044 / 3677 – 8077**

site: [www.pmcg.mg.gov.br](http://www.pmcg.mg.gov.br) e-mail: [gabin@pmcg.mg.gov.br](mailto:gabin@pmcg.mg.gov.br)

27/12





PREFEITURA DE  
**CABECEIRA  
GRANDE**

ESTADO DE MINAS GERAIS



(Fls. 3 da Mensagem n.º 27, de 2/12/2015)

8. De mais a mais, temos que o veto fragmentado apostado ao PLC 1/2015, devidamente fundamentado nos termos perfilhados na presente mensagem, enseja a restituição da parte vetada para reexame dessa Egrégia Casa de Leis, o que ora providenciamos, tendo sido sancionado e promulgado o projeto e transformado na Lei Complementar n.º 32, de 2 de dezembro de 2015. Bom, se o veto for mantido, nada se altera na lei já sancionada, mas se, ao reverso, o veto for derrubado, o dispositivo restaurado incorporar-se-á ao texto original mediante republicação da lei, e somente a partir da data de republicação o dispositivo restaurado produzirá seus efeitos.

9. Estes, Excelência, os motivos que ostentamos para vetar, parcialmente, o PLC 1/2015, especificamente o parágrafo 3º do artigo 87, cujos azos submetemos ao acurado exame dos membros do Parlamento local.

Atenciosamente,

ODILON DE OLIVEIRA E SILVA  
Prefeito

DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES  
Consultor Jurídico, Legislativo, de Governo e Assuntos Administrativos e Institucionais

DALVANEI RODRIGUES DE ALMEIDA  
Secretário Municipal da Administração

Praça São José s/n.º, Centro, em Cabeceira Grande (MG) – CEP.: 38625-000

**PABX: (38) 3677 – 8040 / 3677 – 8044 / 3677 – 8077**

site: [www.pmcg.mg.gov.br](http://www.pmcg.mg.gov.br) e-mail: [gabin@pmcg.mg.gov.br](mailto:gabin@pmcg.mg.gov.br)